

**Trabalho e linguagem: ontologia, mediação e discurso
na Economia Política da Comunicação**

**Trabajo y lenguaje: ontología, mediación y discurso en la
Economía Política de la Comunicación**

**Work and language: ontology, mediation and discourse in
the Political Economy of Communication**

Carlos Figueiredo

Professor do Mestrado Profissional em Economia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Coordenador do Grupo de Pesquisa de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura da Intercom. Doutor em Sociologia (UFPE), Mestre em Comunicação (UFPE) e Jornalista.



Creative Commons



Atribuição



NãoComercial



Compartilhalgal



Resumo

O artigo esclarece as relações entre linguagem e trabalho a partir das teorias de Lukács e Rossi-Landi para construir metodologicamente as relações entre trabalho e discurso no subcampo da Economia Política da Comunicação. Percebe-se uma confusão teórica em pesquisas que igualam o que Rossi-Landi chama “trabalho linguístico” ao “trabalho não-linguístico” por não interpretarem corretamente o conceito de homologia utilizado pelo autor e/ou não considerarem a ontologia do ser social construída por Lukács. Para esclarecer esses equívocos, efetuamos uma pequena digressão sobre o tema a partir dos escritos de Lukács para, em seguida, corrigir equívocos nos textos teóricos analisados.

Palavras-chave: salto ontológico; complexos; pôr teleológico.

Resumen

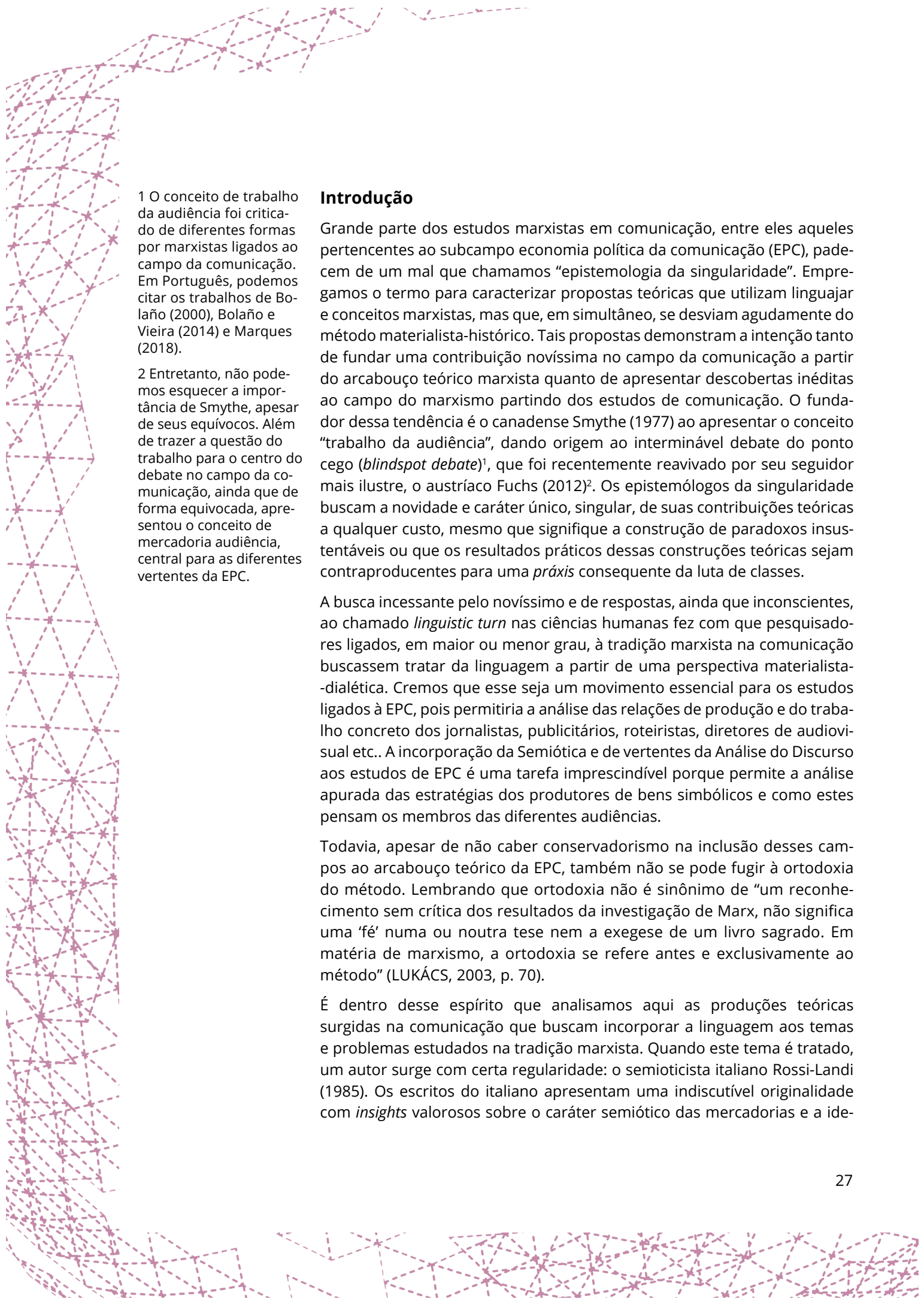
El artículo esclarece las relaciones entre lenguaje y trabajo a partir de las teorías de Lukács y Rossi-Landi para construir metodológicamente las relaciones entre trabajo y discurso en el subcampo de la Economía Política de la Comunicación. Hay una confusión teórica en las investigaciones que equiparan lo que Rossi-Landi llama “trabajo lingüístico” con “trabajo no lingüístico” porque no interpretan correctamente el concepto de homología utilizado por el autor y/o no consideran la ontología de lo social construida por Lukacs. Para esclarecer estos errores, hicimos una pequeña digresión sobre el tema a partir de los escritos de Lukács para luego corregir errores en el textos teóricos analizados.

Palabras-clave: salto ontológico, complejos, poner ontológico.

Abstract

This paper clarifies relations between language and work from both Lukács and Rossi-Landi theories to methodologically construct the relations between work and discourse in the Political Economy of Communication sub-field. There is a theoretical confusion in research works that equate what Rossi-Landi calls “linguistic work” with “non-linguistic work” because they do not correctly interpret the homology concept used by the author and/or do not consider the ontology of social being constructed by Lukács. To clarify these mistakes, I made a small digression on the subject from the writings of Lukács to then correct mistakes in the theoretical texts analyzed.

Keywords: ontological leap; complexes; teleological positioning.



1 O conceito de trabalho da audiência foi criticado de diferentes formas por marxistas ligados ao campo da comunicação. Em Português, podemos citar os trabalhos de Bolaño (2000), Bolaño e Vieira (2014) e Marques (2018).

2 Entretanto, não podemos esquecer a importância de Smythe, apesar de seus equívocos. Além de trazer a questão do trabalho para o centro do debate no campo da comunicação, ainda que de forma equivocada, apresentou o conceito de mercadoria audiência, central para as diferentes vertentes da EPC.

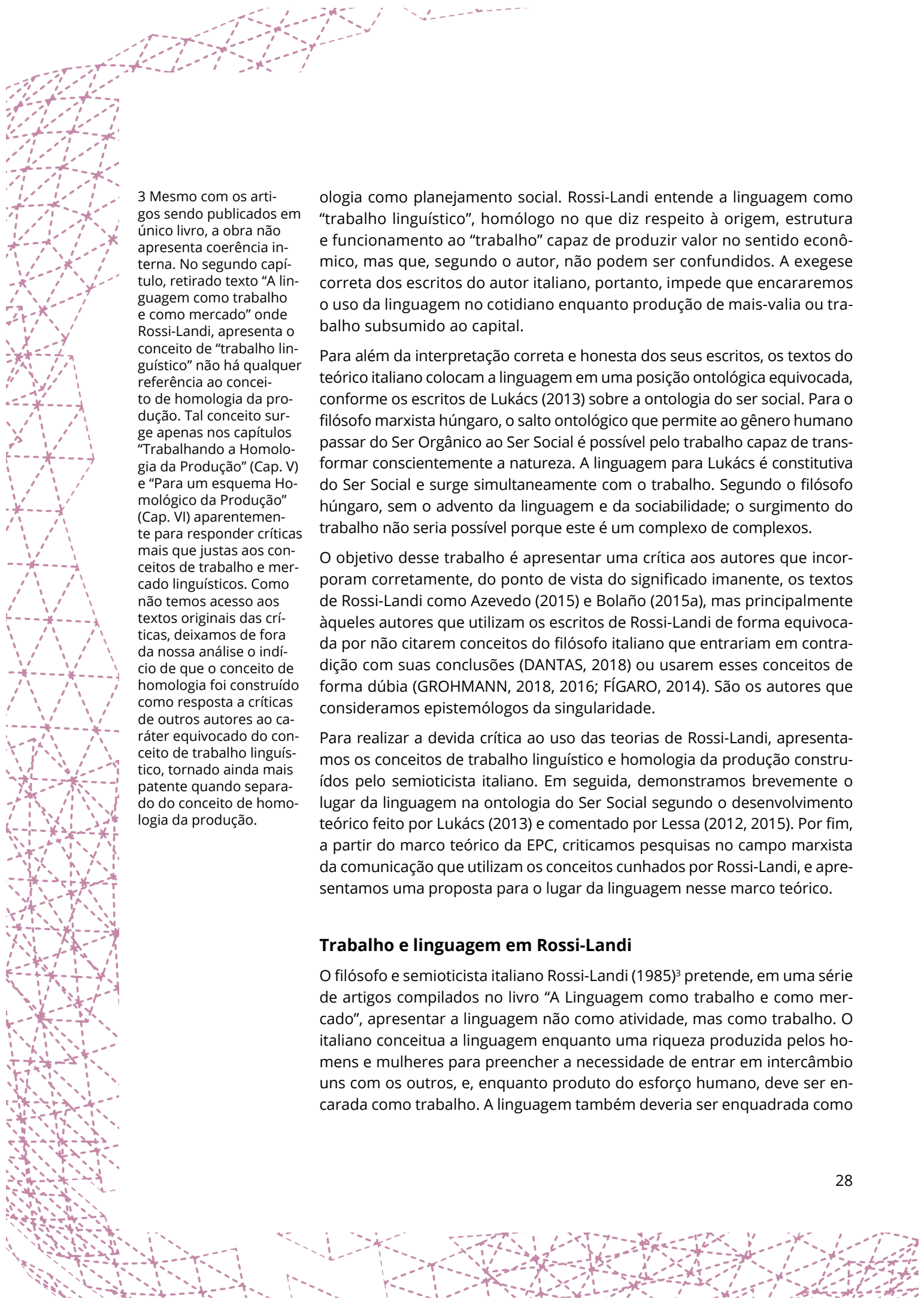
Introdução

Grande parte dos estudos marxistas em comunicação, entre eles aqueles pertencentes ao subcampo economia política da comunicação (EPC), padecem de um mal que chamamos “epistemologia da singularidade”. Empregamos o termo para caracterizar propostas teóricas que utilizam linguajar e conceitos marxistas, mas que, em simultâneo, se desviam agudamente do método materialista-histórico. Tais propostas demonstram a intenção tanto de fundar uma contribuição novíssima no campo da comunicação a partir do arcabouço teórico marxista quanto de apresentar descobertas inéditas ao campo do marxismo partindo dos estudos de comunicação. O fundador dessa tendência é o canadense Smythe (1977) ao apresentar o conceito “trabalho da audiência”, dando origem ao interminável debate do ponto cego (*blindspot debate*)¹, que foi recentemente reavivado por seu seguidor mais ilustre, o austríaco Fuchs (2012)². Os epistemólogos da singularidade buscam a novidade e caráter único, singular, de suas contribuições teóricas a qualquer custo, mesmo que signifique a construção de paradoxos insustentáveis ou que os resultados práticos dessas construções teóricas sejam contraproducentes para uma *práxis* consequente da luta de classes.

A busca incessante pelo novíssimo e de respostas, ainda que inconscientes, ao chamado *linguistic turn* nas ciências humanas fez com que pesquisadores ligados, em maior ou menor grau, à tradição marxista na comunicação buscassem tratar da linguagem a partir de uma perspectiva materialista-dialética. Cremos que esse seja um movimento essencial para os estudos ligados à EPC, pois permitiria a análise das relações de produção e do trabalho concreto dos jornalistas, publicitários, roteiristas, diretores de audiovisual etc.. A incorporação da Semiótica e de vertentes da Análise do Discurso aos estudos de EPC é uma tarefa imprescindível porque permite a análise apurada das estratégias dos produtores de bens simbólicos e como estes pensam os membros das diferentes audiências.

Todavia, apesar de não caber conservadorismo na inclusão desses campos ao arcabouço teórico da EPC, também não se pode fugir à ortodoxia do método. Lembrando que ortodoxia não é sinônimo de “um reconhecimento sem crítica dos resultados da investigação de Marx, não significa uma ‘fé’ numa ou noutra tese nem a exegese de um livro sagrado. Em matéria de marxismo, a ortodoxia se refere antes e exclusivamente ao método” (LUKÁCS, 2003, p. 70).

É dentro desse espírito que analisamos aqui as produções teóricas surgidas na comunicação que buscam incorporar a linguagem aos temas e problemas estudados na tradição marxista. Quando este tema é tratado, um autor surge com certa regularidade: o semioticista italiano Rossi-Landi (1985). Os escritos do italiano apresentam uma indiscutível originalidade com *insights* valorosos sobre o caráter semiótico das mercadorias e a ide-



3 Mesmo com os artigos sendo publicados em único livro, a obra não apresenta coerência interna. No segundo capítulo, retirado texto “A linguagem como trabalho e como mercado” onde Rossi-Landi, apresenta o conceito de “trabalho linguístico” não há qualquer referência ao conceito de homologia da produção. Tal conceito surge apenas nos capítulos “Trabalhando a Homologia da Produção” (Cap. V) e “Para um esquema Homológico da Produção” (Cap. VI) aparentemente para responder críticas mais que justas aos conceitos de trabalho e mercado linguísticos. Como não temos acesso aos textos originais das críticas, deixamos de fora da nossa análise o índice de que o conceito de homologia foi construído como resposta a críticas de outros autores ao caráter equivocado do conceito de trabalho linguístico, tornado ainda mais patente quando separado do conceito de homologia da produção.

ologia como planejamento social. Rossi-Landi entende a linguagem como “trabalho linguístico”, homólogo no que diz respeito à origem, estrutura e funcionamento ao “trabalho” capaz de produzir valor no sentido econômico, mas que, segundo o autor, não podem ser confundidos. A exegese correta dos escritos do autor italiano, portanto, impede que encararemos o uso da linguagem no cotidiano enquanto produção de mais-valia ou trabalho subsumido ao capital.

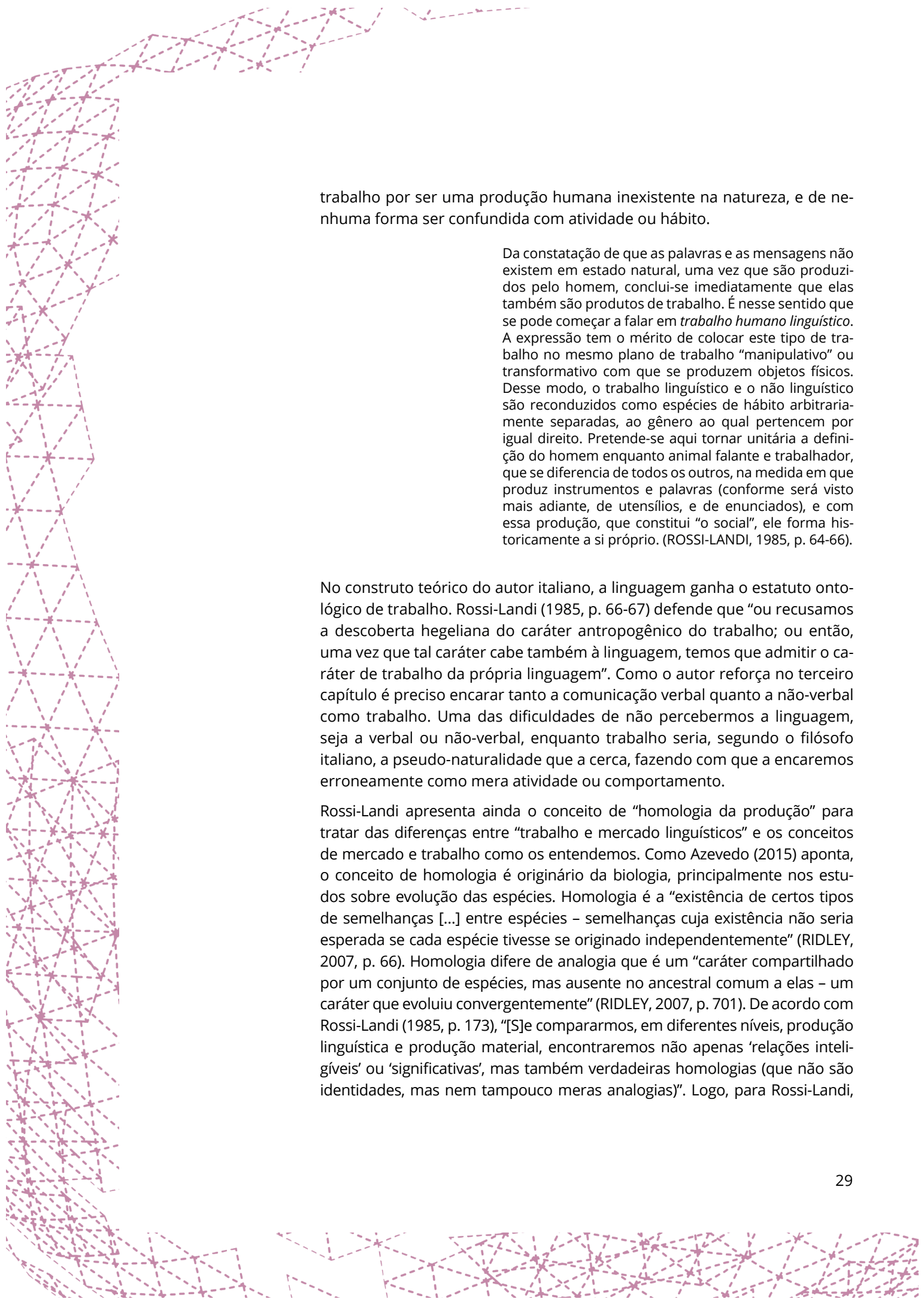
Para além da interpretação correta e honesta dos seus escritos, os textos do teórico italiano colocam a linguagem em uma posição ontológica equivocada, conforme os escritos de Lukács (2013) sobre a ontologia do ser social. Para o filósofo marxista húngaro, o salto ontológico que permite ao gênero humano passar do Ser Orgânico ao Ser Social é possível pelo trabalho capaz de transformar conscientemente a natureza. A linguagem para Lukács é constitutiva do Ser Social e surge simultaneamente com o trabalho. Segundo o filósofo húngaro, sem o advento da linguagem e da sociabilidade; o surgimento do trabalho não seria possível porque este é um complexo de complexos.

O objetivo desse trabalho é apresentar uma crítica aos autores que incorporam corretamente, do ponto de vista do significado imanente, os textos de Rossi-Landi como Azevedo (2015) e Bolaño (2015a), mas principalmente àqueles autores que utilizam os escritos de Rossi-Landi de forma equivocada por não citarem conceitos do filósofo italiano que entrariam em contradição com suas conclusões (DANTAS, 2018) ou usarem esses conceitos de forma dúbia (GROHMANN, 2018, 2016; FÍGARO, 2014). São os autores que consideramos epistemólogos da singularidade.

Para realizar a devida crítica ao uso das teorias de Rossi-Landi, apresentamos os conceitos de trabalho linguístico e homologia da produção construídos pelo semioticista italiano. Em seguida, demonstramos brevemente o lugar da linguagem na ontologia do Ser Social segundo o desenvolvimento teórico feito por Lukács (2013) e comentado por Lessa (2012, 2015). Por fim, a partir do marco teórico da EPC, criticamos pesquisas no campo marxista da comunicação que utilizam os conceitos cunhados por Rossi-Landi, e apresentamos uma proposta para o lugar da linguagem nesse marco teórico.

Trabalho e linguagem em Rossi-Landi

O filósofo e semioticista italiano Rossi-Landi (1985)³ pretende, em uma série de artigos compilados no livro “A Linguagem como trabalho e como mercado”, apresentar a linguagem não como atividade, mas como trabalho. O italiano conceitua a linguagem enquanto uma riqueza produzida pelos homens e mulheres para preencher a necessidade de entrar em intercâmbio uns com os outros, e, enquanto produto do esforço humano, deve ser encarada como trabalho. A linguagem também deveria ser enquadrada como

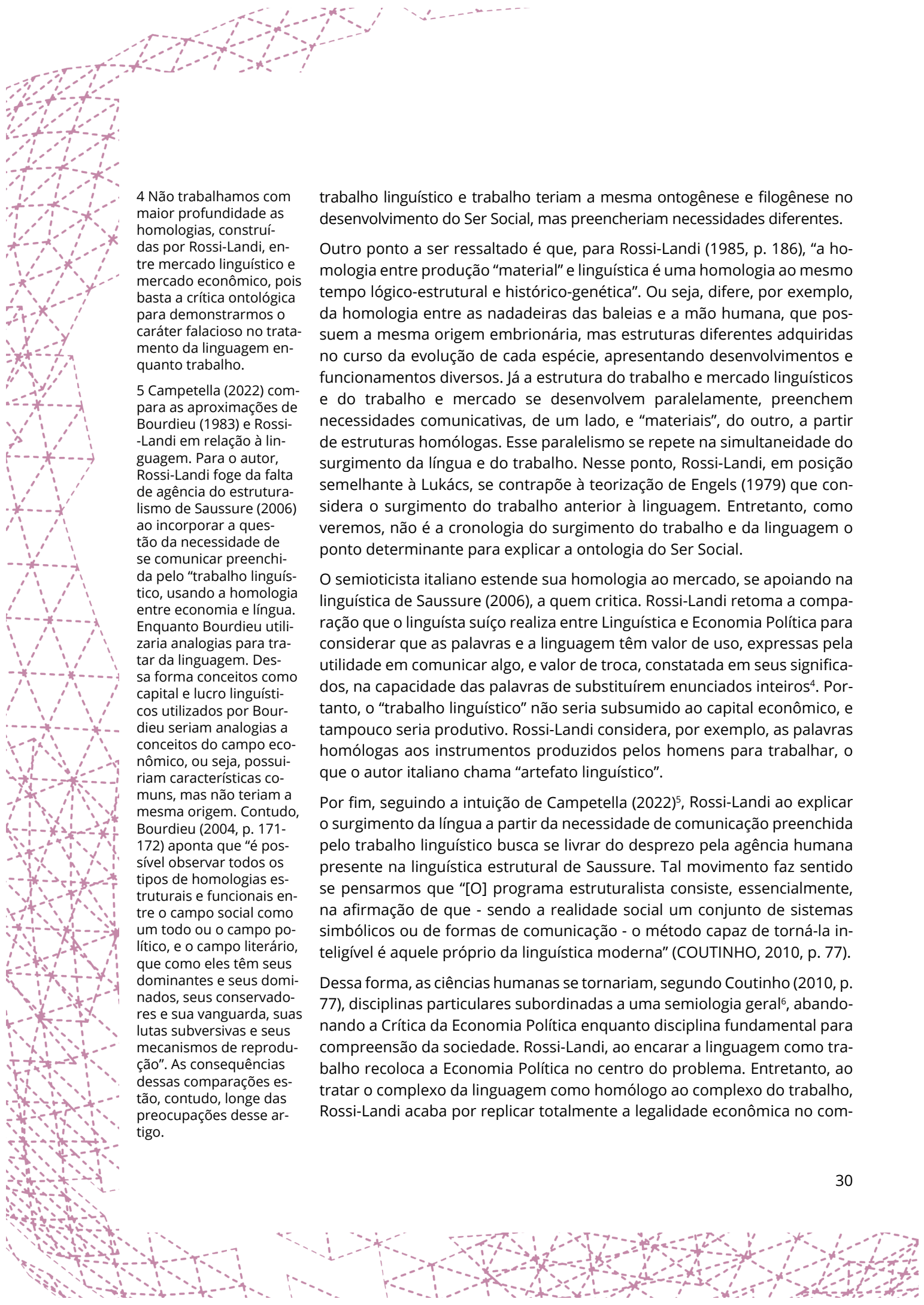


trabalho por ser uma produção humana inexistente na natureza, e de nenhuma forma ser confundida com atividade ou hábito.

Da constatação de que as palavras e as mensagens não existem em estado natural, uma vez que são produzidos pelo homem, conclui-se imediatamente que elas também são produtos de trabalho. É nesse sentido que se pode começar a falar em *trabalho humano linguístico*. A expressão tem o mérito de colocar este tipo de trabalho no mesmo plano de trabalho “manipulativo” ou transformativo com que se produzem objetos físicos. Desse modo, o trabalho linguístico e o não linguístico são reconduzidos como espécies de hábito arbitrariamente separadas, ao gênero ao qual pertencem por igual direito. Pretende-se aqui tornar unitária a definição do homem enquanto animal falante e trabalhador, que se diferencia de todos os outros, na medida em que produz instrumentos e palavras (conforme será visto mais adiante, de utensílios, e de enunciados), e com essa produção, que constitui “o social”, ele forma historicamente a si próprio. (ROSSI-LANDI, 1985, p. 64-66).

No construto teórico do autor italiano, a linguagem ganha o estatuto ontológico de trabalho. Rossi-Landi (1985, p. 66-67) defende que “ou recusamos a descoberta hegeliana do caráter antropogênico do trabalho; ou então, uma vez que tal caráter cabe também à linguagem, temos que admitir o caráter de trabalho da própria linguagem”. Como o autor reforça no terceiro capítulo é preciso encarar tanto a comunicação verbal quanto a não-verbal como trabalho. Uma das dificuldades de não percebermos a linguagem, seja a verbal ou não-verbal, enquanto trabalho seria, segundo o filósofo italiano, a pseudo-naturalidade que a cerca, fazendo com que a encaremos erroneamente como mera atividade ou comportamento.

Rossi-Landi apresenta ainda o conceito de “homologia da produção” para tratar das diferenças entre “trabalho e mercado linguísticos” e os conceitos de mercado e trabalho como os entendemos. Como Azevedo (2015) aponta, o conceito de homologia é originário da biologia, principalmente nos estudos sobre evolução das espécies. Homologia é a “existência de certos tipos de semelhanças [...] entre espécies – semelhanças cuja existência não seria esperada se cada espécie tivesse se originado independentemente” (RIDLEY, 2007, p. 66). Homologia difere de analogia que é um “caráter compartilhado por um conjunto de espécies, mas ausente no ancestral comum a elas – um caráter que evoluiu convergentemente” (RIDLEY, 2007, p. 701). De acordo com Rossi-Landi (1985, p. 173), “[S]e compararmos, em diferentes níveis, produção linguística e produção material, encontraremos não apenas ‘relações inteligíveis’ ou ‘significativas’, mas também verdadeiras homologias (que não são identidades, mas nem tampouco meras analogias)”. Logo, para Rossi-Landi,



4 Não trabalhamos com maior profundidade as homologias, construídas por Rossi-Landi, entre mercado linguístico e mercado econômico, pois basta a crítica ontológica para demonstrarmos o caráter falacioso no tratamento da linguagem enquanto trabalho.

5 Campetella (2022) compara as aproximações de Bourdieu (1983) e Rossi-Landi em relação à linguagem. Para o autor, Rossi-Landi foge da falta de agência do estruturalismo de Saussure (2006) ao incorporar a questão da necessidade de se comunicar preenchida pelo “trabalho linguístico, usando a homologia entre economia e língua. Enquanto Bourdieu utilizaria analogias para tratar da linguagem. Dessa forma conceitos como capital e lucro linguísticos utilizados por Bourdieu seriam analogias a conceitos do campo econômico, ou seja, possuiriam características comuns, mas não teriam a mesma origem. Contudo, Bourdieu (2004, p. 171-172) aponta que “é possível observar todos os tipos de homologias estruturais e funcionais entre o campo social como um todo ou o campo político, e o campo literário, que como eles têm seus dominantes e seus dominados, seus conservadores e sua vanguarda, suas lutas subversivas e seus mecanismos de reprodução”. As consequências dessas comparações estão, contudo, longe das preocupações desse artigo.

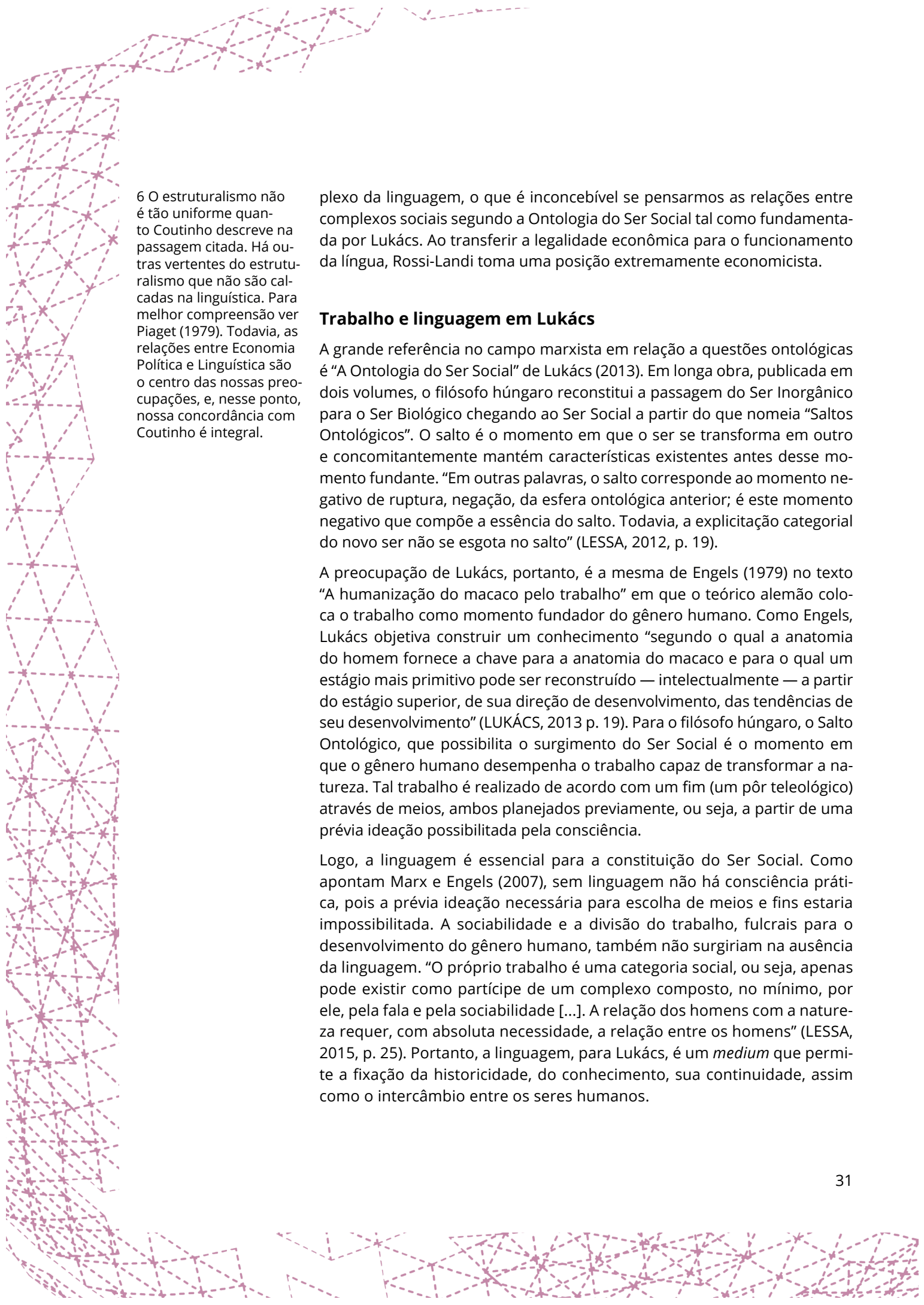
trabalho linguístico e trabalho teriam a mesma ontogênese e filogênese no desenvolvimento do Ser Social, mas preencheriam necessidades diferentes.

Outro ponto a ser ressaltado é que, para Rossi-Landi (1985, p. 186), “a homologia entre produção “material” e linguística é uma homologia ao mesmo tempo lógico-estrutural e histórico-genética”. Ou seja, difere, por exemplo, da homologia entre as nadadeiras das baleias e a mão humana, que possuem a mesma origem embrionária, mas estruturas diferentes adquiridas no curso da evolução de cada espécie, apresentando desenvolvimentos e funcionamentos diversos. Já a estrutura do trabalho e mercado linguísticos e do trabalho e mercado se desenvolvem paralelamente, preenchem necessidades comunicativas, de um lado, e “materiais”, do outro, a partir de estruturas homólogas. Esse paralelismo se repete na simultaneidade do surgimento da língua e do trabalho. Nesse ponto, Rossi-Landi, em posição semelhante à Lukács, se contrapõe à teorização de Engels (1979) que considera o surgimento do trabalho anterior à linguagem. Entretanto, como veremos, não é a cronologia do surgimento do trabalho e da linguagem o ponto determinante para explicar a ontologia do Ser Social.

O semioticista italiano estende sua homologia ao mercado, se apoiando na linguística de Saussure (2006), a quem critica. Rossi-Landi retoma a comparação que o linguísta suíço realiza entre Linguística e Economia Política para considerar que as palavras e a linguagem têm valor de uso, expressas pela utilidade em comunicar algo, e valor de troca, constatada em seus significados, na capacidade das palavras de substituírem enunciados inteiros⁴. Portanto, o “trabalho linguístico” não seria subsumido ao capital econômico, e tampouco seria produtivo. Rossi-Landi considera, por exemplo, as palavras homólogas aos instrumentos produzidos pelos homens para trabalhar, o que o autor italiano chama “artefato linguístico”.

Por fim, seguindo a intuição de Campetella (2022)⁵, Rossi-Landi ao explicar o surgimento da língua a partir da necessidade de comunicação preenchida pelo trabalho linguístico busca se livrar do desprezo pela agência humana presente na linguística estrutural de Saussure. Tal movimento faz sentido se pensarmos que “[O] programa estruturalista consiste, essencialmente, na afirmação de que - sendo a realidade social um conjunto de sistemas simbólicos ou de formas de comunicação - o método capaz de torná-la inteligível é aquele próprio da linguística moderna” (COUTINHO, 2010, p. 77).

Dessa forma, as ciências humanas se tornariam, segundo Coutinho (2010, p. 77), disciplinas particulares subordinadas a uma semiologia geral⁶, abandonando a Crítica da Economia Política enquanto disciplina fundamental para compreensão da sociedade. Rossi-Landi, ao encarar a linguagem como trabalho recoloca a Economia Política no centro do problema. Entretanto, ao tratar o complexo da linguagem como homólogo ao complexo do trabalho, Rossi-Landi acaba por replicar totalmente a legalidade econômica no com-



6 O estruturalismo não é tão uniforme quanto Coutinho descreve na passagem citada. Há outras vertentes do estruturalismo que não são calcadas na linguística. Para melhor compreensão ver Piaget (1979). Todavia, as relações entre Economia Política e Linguística são o centro das nossas preocupações, e, nesse ponto, nossa concordância com Coutinho é integral.


plexo da linguagem, o que é inconcebível se pensarmos as relações entre complexos sociais segundo a Ontologia do Ser Social tal como fundamentada por Lukács. Ao transferir a legalidade econômica para o funcionamento da língua, Rossi-Landi toma uma posição extremamente economicista.

Trabalho e linguagem em Lukács

A grande referência no campo marxista em relação a questões ontológicas é “A Ontologia do Ser Social” de Lukács (2013). Em longa obra, publicada em dois volumes, o filósofo húngaro reconstitui a passagem do Ser Inorgânico para o Ser Biológico chegando ao Ser Social a partir do que nomeia “Saltos Ontológicos”. O salto é o momento em que o ser se transforma em outro e concomitantemente mantém características existentes antes desse momento fundante. “Em outras palavras, o salto corresponde ao momento negativo de ruptura, negação, da esfera ontológica anterior; é este momento negativo que compõe a essência do salto. Todavia, a explicitação categorial do novo ser não se esgota no salto” (LESSA, 2012, p. 19).

A preocupação de Lukács, portanto, é a mesma de Engels (1979) no texto “A humanização do macaco pelo trabalho” em que o teórico alemão coloca o trabalho como momento fundador do gênero humano. Como Engels, Lukács objetiva construir um conhecimento “segundo o qual a anatomia do homem fornece a chave para a anatomia do macaco e para o qual um estágio mais primitivo pode ser reconstruído — intelectualmente — a partir do estágio superior, de sua direção de desenvolvimento, das tendências de seu desenvolvimento” (LUKÁCS, 2013 p. 19). Para o filósofo húngaro, o Salto Ontológico, que possibilita o surgimento do Ser Social é o momento em que o gênero humano desempenha o trabalho capaz de transformar a natureza. Tal trabalho é realizado de acordo com um fim (um pôr teleológico) através de meios, ambos planejados previamente, ou seja, a partir de uma prévia ideia possibilitada pela consciência.

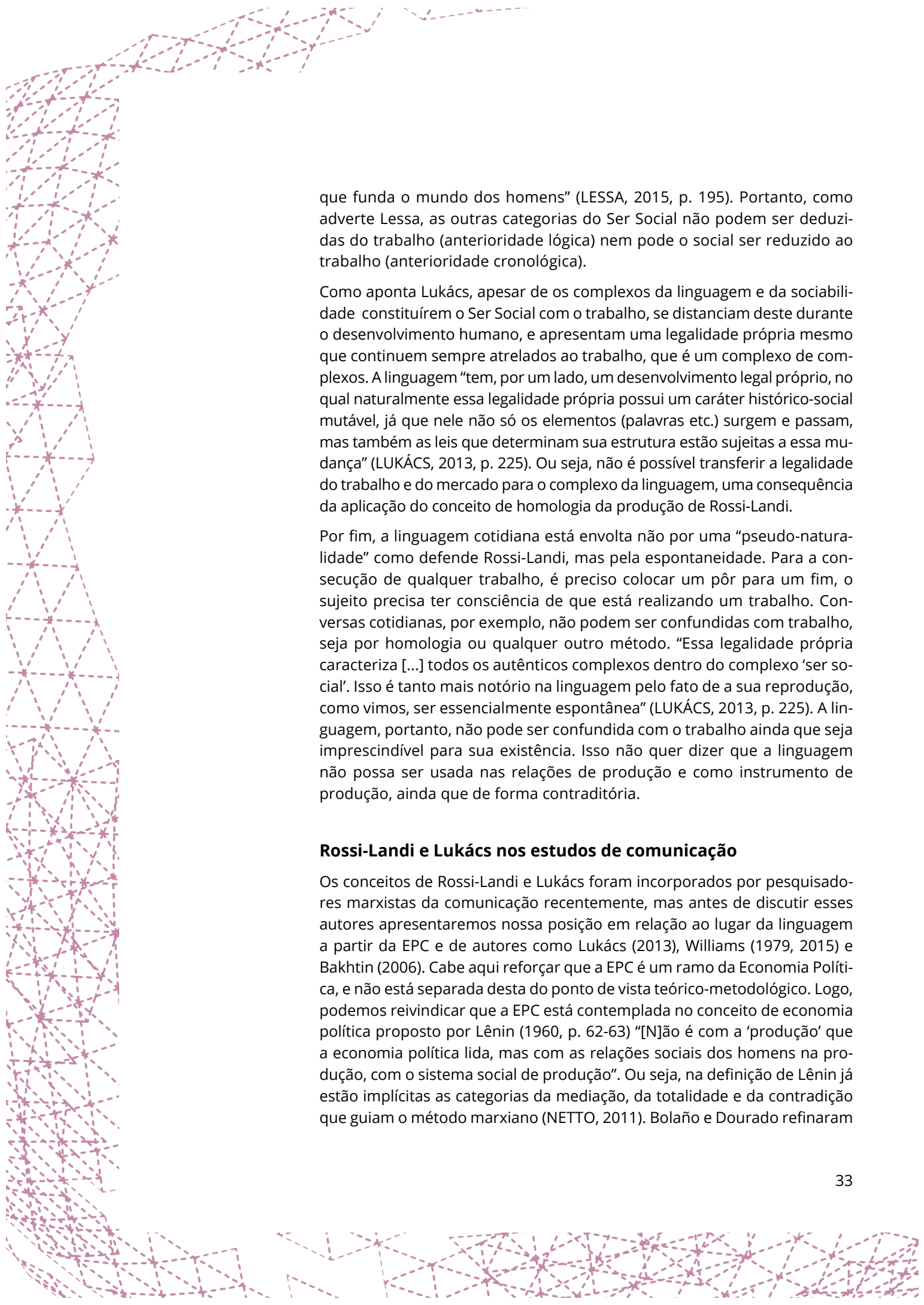
Logo, a linguagem é essencial para a constituição do Ser Social. Como apontam Marx e Engels (2007), sem linguagem não há consciência prática, pois a prévia ideia necessária para escolha de meios e fins estaria impossibilitada. A sociabilidade e a divisão do trabalho, fulcrais para o desenvolvimento do gênero humano, também não surgiriam na ausência da linguagem. “O próprio trabalho é uma categoria social, ou seja, apenas pode existir como partícipe de um complexo composto, no mínimo, por ele, pela fala e pela sociabilidade [...]. A relação dos homens com a natureza requer, com absoluta necessidade, a relação entre os homens” (LESSA, 2015, p. 25). Portanto, a linguagem, para Lukács, é um *medium* que permite a fixação da historicidade, do conhecimento, sua continuidade, assim como o intercâmbio entre os seres humanos.



Com efeito, a nova continuidade que caracteriza o ser social só pode impor-se quando todos os momentos da práxis que contribuem para esse progresso, para essa intensificação objetiva da generidade, e que a promovem também forem preservados subjetivamente, também na consciência dos homens, quando não existirem só em si, mas se encontrarem justamente no seu ser-em-si registrado pela consciência, em movimento rumo ao ser-para-si da generidade. Porém, a continuidade jamais constitui o mero registro do que já foi alcançado, mas também, sem renunciar a essa fixação, um ininterrupto progredir para além, no qual se efetiva, em cada estágio, essa dialética de superação, a unidade contraditória do preservar e do seguir adiante. Portanto, se quisermos compreender a linguagem no contexto do ser social, devemos vislumbrar nela o medium, sem o qual seria impossível que tal continuidade se realizasse. Contudo, para poder cumprir essa sua função social, a linguagem deve formar um complexo – relativamente – fechado em si mesmo. A linguagem está em condições de satisfazer essa necessidade social porque não apenas é capaz de transformar a consciência dinâmica e progressiva de todo o processo social de reprodução em portadora da relação viva entre homens, mas também porque acolhe em si todas as manifestações de vida dos homens e lhes confere uma figura passível de comunicação, ou seja, só porque ela constitui um complexo tão total, abrangente, sólido e sempre dinâmico quanto a própria realidade social que ela espelha e torna comunicável. Em última análise, portanto, por formar um complexo tão total e dinâmico quanto o da própria realidade por ela retratada. (LUKÁCS, 2013, p. 222-223).

Outro ponto importante na discussão ontológica é a relação entre anterioridade e prioridade ontológica. Engels (1979), seguindo uma dedução lógica, considera que a linguagem teria surgido posteriormente ao trabalho, para suprir necessidades impostas por este último ao gênero humano para seu desenvolvimento. Assim como Rossi-Landi, Lukács considera que a linguagem e o trabalho surgem simultaneamente. Contudo, Rossi-Landi defende essa posição pelo fato de a linguagem ter a mesma ontogênese que o trabalho. Já para Lukács, a linguagem é “fundada pelas necessidades inerentes ao trabalho — ainda, que, sem a fala, o trabalho não possa existir. Fala e trabalho surge ‘simultaneamente’, enquanto partícipes de um mesmo complexo que vem a ser pelo salto ontológico para fora da natureza.” (LESSA, 2015, p. 193).

A questão da prioridade ontológica não está relacionada a uma possível anterioridade ou simultaneidade cronológica do surgimento do trabalho em relação a outras categorias que constituem o ser social. Tal prioridade é originária do fato de o “trabalho cumprir a função de momento essencial ao novo ser, já que é nele que ocorre a síntese de teleologia e causalidade



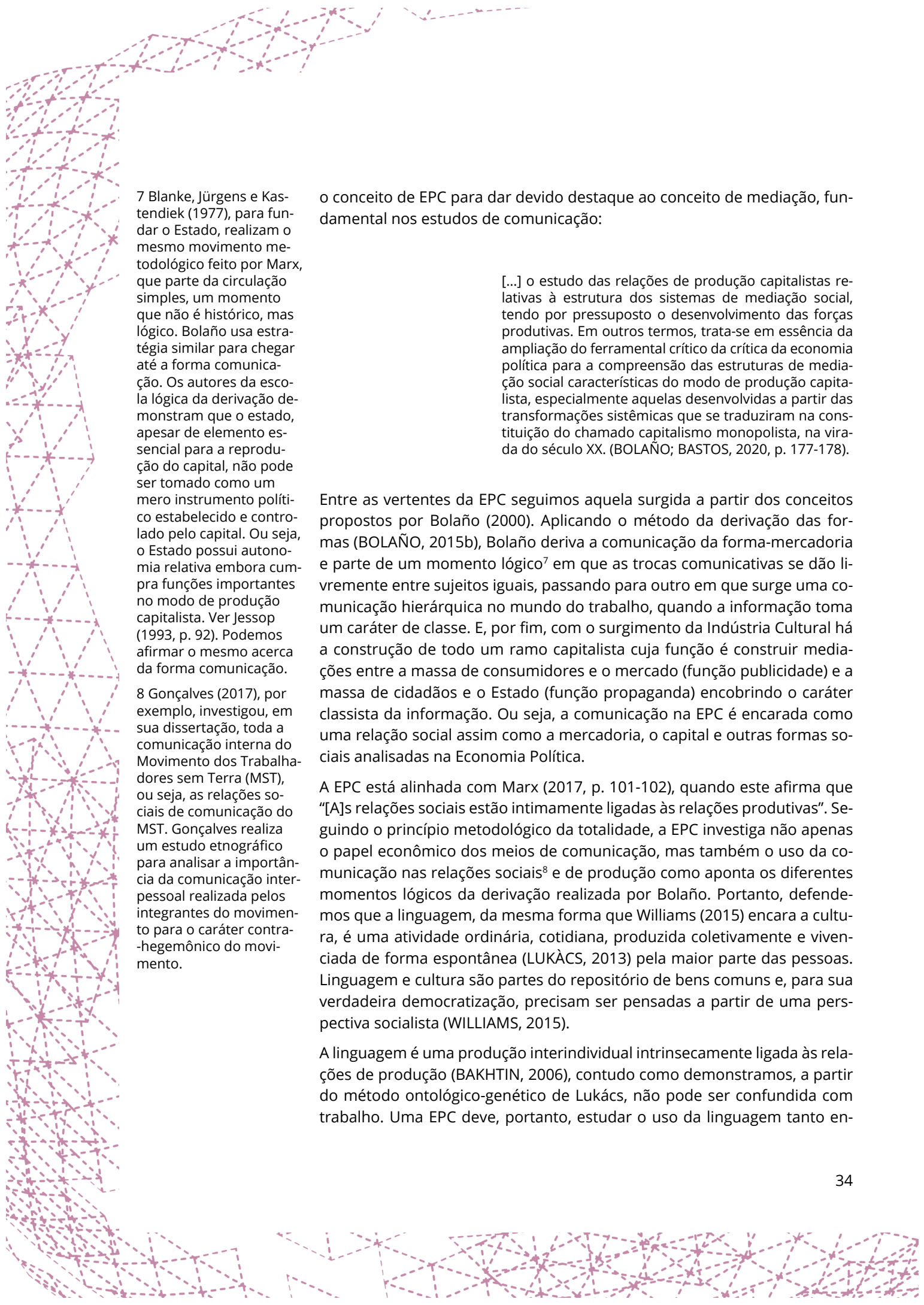
que funda o mundo dos homens” (LESSA, 2015, p. 195). Portanto, como adverte Lessa, as outras categorias do Ser Social não podem ser deduzidas do trabalho (anterioridade lógica) nem pode o social ser reduzido ao trabalho (anterioridade cronológica).

Como aponta Lukács, apesar de os complexos da linguagem e da sociabilidade constituírem o Ser Social com o trabalho, se distanciam deste durante o desenvolvimento humano, e apresentam uma legalidade própria mesmo que continuem sempre atrelados ao trabalho, que é um complexo de complexos. A linguagem “tem, por um lado, um desenvolvimento legal próprio, no qual naturalmente essa legalidade própria possui um caráter histórico-social mutável, já que nele não só os elementos (palavras etc.) surgem e passam, mas também as leis que determinam sua estrutura estão sujeitas a essa mudança” (LUKÁCS, 2013, p. 225). Ou seja, não é possível transferir a legalidade do trabalho e do mercado para o complexo da linguagem, uma consequência da aplicação do conceito de homologia da produção de Rossi-Landi.

Por fim, a linguagem cotidiana está envolta não por uma “pseudo-naturalidade” como defende Rossi-Landi, mas pela espontaneidade. Para a consecução de qualquer trabalho, é preciso colocar um pôr para um fim, o sujeito precisa ter consciência de que está realizando um trabalho. Conversas cotidianas, por exemplo, não podem ser confundidas com trabalho, seja por homologia ou qualquer outro método. “Essa legalidade própria caracteriza [...] todos os autênticos complexos dentro do complexo ‘ser social’. Isso é tanto mais notório na linguagem pelo fato de a sua reprodução, como vimos, ser essencialmente espontânea” (LUKÁCS, 2013, p. 225). A linguagem, portanto, não pode ser confundida com o trabalho ainda que seja imprescindível para sua existência. Isso não quer dizer que a linguagem não possa ser usada nas relações de produção e como instrumento de produção, ainda que de forma contraditória.

Rossi-Landi e Lukács nos estudos de comunicação

Os conceitos de Rossi-Landi e Lukács foram incorporados por pesquisadores marxistas da comunicação recentemente, mas antes de discutir esses autores apresentaremos nossa posição em relação ao lugar da linguagem a partir da EPC e de autores como Lukács (2013), Williams (1979, 2015) e Bakhtin (2006). Cabe aqui reforçar que a EPC é um ramo da Economia Política, e não está separada desta do ponto de vista teórico-metodológico. Logo, podemos reivindicar que a EPC está contemplada no conceito de economia política proposto por Lênin (1960, p. 62-63) “[N]ão é com a ‘produção’ que a economia política lida, mas com as relações sociais dos homens na produção, com o sistema social de produção”. Ou seja, na definição de Lênin já estão implícitas as categorias da mediação, da totalidade e da contradição que guiam o método marxiano (NETTO, 2011). Bolaño e Dourado refinaram



7 Blanke, Jürgens e Kastendiek (1977), para fundar o Estado, realizam o mesmo movimento metodológico feito por Marx, que parte da circulação simples, um momento que não é histórico, mas lógico. Bolaño usa estratégia similar para chegar até a forma comunicação. Os autores da escola lógica da derivação demonstram que o estado, apesar de elemento essencial para a reprodução do capital, não pode ser tomado como um mero instrumento político estabelecido e controlado pelo capital. Ou seja, o Estado possui autonomia relativa embora cumpra funções importantes no modo de produção capitalista. Ver Jessop (1993, p. 92). Podemos afirmar o mesmo acerca da forma comunicação.

8 Gonçalves (2017), por exemplo, investigou, em sua dissertação, toda a comunicação interna do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), ou seja, as relações sociais de comunicação do MST. Gonçalves realiza um estudo etnográfico para analisar a importância da comunicação interpessoal realizada pelos integrantes do movimento para o caráter contra-hegemônico do movimento.

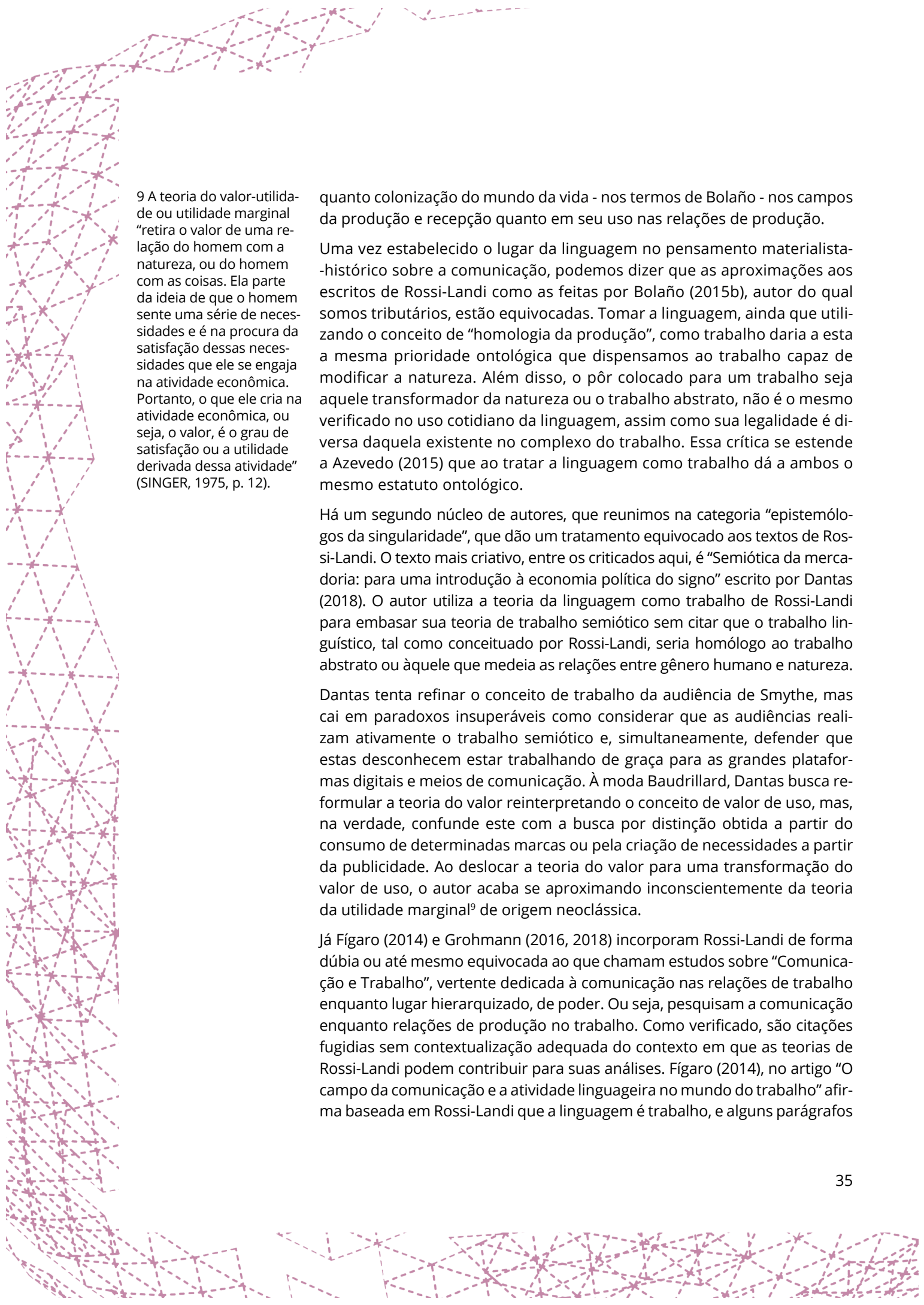
o conceito de EPC para dar devido destaque ao conceito de mediação, fundamental nos estudos de comunicação:

[...] o estudo das relações de produção capitalistas relativas à estrutura dos sistemas de mediação social, tendo por pressuposto o desenvolvimento das forças produtivas. Em outros termos, trata-se em essência da ampliação do ferramental crítico da crítica da economia política para a compreensão das estruturas de mediação social características do modo de produção capitalista, especialmente aquelas desenvolvidas a partir das transformações sistêmicas que se traduziram na constituição do chamado capitalismo monopolista, na virada do século XX. (BOLAÑO; BASTOS, 2020, p. 177-178).

Entre as vertentes da EPC seguimos aquela surgida a partir dos conceitos propostos por Bolaño (2000). Aplicando o método da derivação das formas (BOLAÑO, 2015b), Bolaño deriva a comunicação da forma-mercadoria e parte de um momento lógico⁷ em que as trocas comunicativas se dão livremente entre sujeitos iguais, passando para outro em que surge uma comunicação hierárquica no mundo do trabalho, quando a informação toma um caráter de classe. E, por fim, com o surgimento da Indústria Cultural há a construção de todo um ramo capitalista cuja função é construir mediações entre a massa de consumidores e o mercado (função publicidade) e a massa de cidadãos e o Estado (função propaganda) encobrindo o caráter classista da informação. Ou seja, a comunicação na EPC é encarada como uma relação social assim como a mercadoria, o capital e outras formas sociais analisadas na Economia Política.

A EPC está alinhada com Marx (2017, p. 101-102), quando este afirma que “[A]s relações sociais estão intimamente ligadas às relações produtivas”. Seguindo o princípio metodológico da totalidade, a EPC investiga não apenas o papel econômico dos meios de comunicação, mas também o uso da comunicação nas relações sociais⁸ e de produção como aponta os diferentes momentos lógicos da derivação realizada por Bolaño. Portanto, defendemos que a linguagem, da mesma forma que Williams (2015) encara a cultura, é uma atividade ordinária, cotidiana, produzida coletivamente e vivenciada de forma espontânea (LUKÁCS, 2013) pela maior parte das pessoas. Linguagem e cultura são partes do repositório de bens comuns e, para sua verdadeira democratização, precisam ser pensadas a partir de uma perspectiva socialista (WILLIAMS, 2015).

A linguagem é uma produção interindividual intrinsecamente ligada às relações de produção (BAKHTIN, 2006), contudo como demonstramos, a partir do método ontológico-genético de Lukács, não pode ser confundida com trabalho. Uma EPC deve, portanto, estudar o uso da linguagem tanto en-



9 A teoria do valor-utilidade ou utilidade marginal “retira o valor de uma relação do homem com a natureza, ou do homem com as coisas. Ela parte da ideia de que o homem sente uma série de necessidades e é na procura da satisfação dessas necessidades que ele se engaja na atividade econômica. Portanto, o que ele cria na atividade econômica, ou seja, o valor, é o grau de satisfação ou a utilidade derivada dessa atividade” (SINGER, 1975, p. 12).

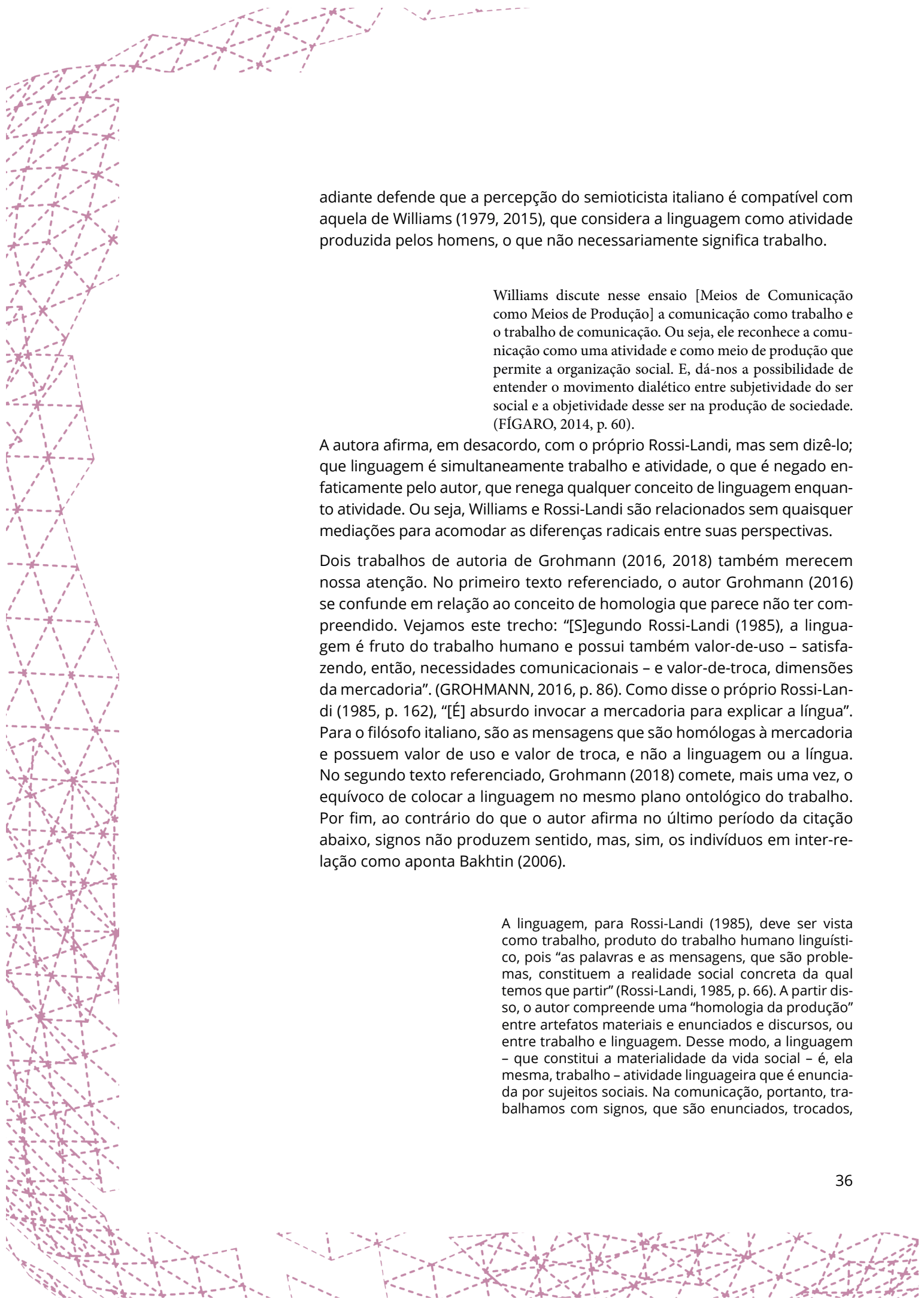
quanto colonização do mundo da vida - nos termos de Bolaño - nos campos da produção e recepção quanto em seu uso nas relações de produção.

Uma vez estabelecido o lugar da linguagem no pensamento materialista-histórico sobre a comunicação, podemos dizer que as aproximações aos escritos de Rossi-Landi como as feitas por Bolaño (2015b), autor do qual somos tributários, estão equivocadas. Tomar a linguagem, ainda que utilizando o conceito de “homologia da produção”, como trabalho daria a esta a mesma prioridade ontológica que dispensamos ao trabalho capaz de modificar a natureza. Além disso, o pôr colocado para um trabalho seja aquele transformador da natureza ou o trabalho abstrato, não é o mesmo verificado no uso cotidiano da linguagem, assim como sua legalidade é diversa daquela existente no complexo do trabalho. Essa crítica se estende a Azevedo (2015) que ao tratar a linguagem como trabalho dá a ambos o mesmo estatuto ontológico.

Há um segundo núcleo de autores, que reunimos na categoria “epistemólogos da singularidade”, que dão um tratamento equivocado aos textos de Rossi-Landi. O texto mais criativo, entre os criticados aqui, é “Semiótica da mercadoria: para uma introdução à economia política do signo” escrito por Dantas (2018). O autor utiliza a teoria da linguagem como trabalho de Rossi-Landi para embasar sua teoria de trabalho semiótico sem citar que o trabalho linguístico, tal como conceituado por Rossi-Landi, seria homólogo ao trabalho abstrato ou àquele que medeia as relações entre gênero humano e natureza.

Dantas tenta refinar o conceito de trabalho da audiência de Smythe, mas cai em paradoxos insuperáveis como considerar que as audiências realizam ativamente o trabalho semiótico e, simultaneamente, defender que estas desconhecem estar trabalhando de graça para as grandes plataformas digitais e meios de comunicação. À moda Baudrillard, Dantas busca reformular a teoria do valor reinterpretando o conceito de valor de uso, mas, na verdade, confunde este com a busca por distinção obtida a partir do consumo de determinadas marcas ou pela criação de necessidades a partir da publicidade. Ao deslocar a teoria do valor para uma transformação do valor de uso, o autor acaba se aproximando inconscientemente da teoria da utilidade marginal⁹ de origem neoclássica.

Já Fígaro (2014) e Grohmann (2016, 2018) incorporam Rossi-Landi de forma dúbia ou até mesmo equivocada ao que chamam estudos sobre “Comunicação e Trabalho”, vertente dedicada à comunicação nas relações de trabalho enquanto lugar hierarquizado, de poder. Ou seja, pesquisam a comunicação enquanto relações de produção no trabalho. Como verificado, são citações fugidias sem contextualização adequada do contexto em que as teorias de Rossi-Landi podem contribuir para suas análises. Fígaro (2014), no artigo “O campo da comunicação e a atividade languageira no mundo do trabalho” afirma baseada em Rossi-Landi que a linguagem é trabalho, e alguns parágrafos



adiante defende que a percepção do semiótico italiano é compatível com aquela de Williams (1979, 2015), que considera a linguagem como atividade produzida pelos homens, o que não necessariamente significa trabalho.

Williams discute nesse ensaio [Meios de Comunicação como Meios de Produção] a comunicação como trabalho e o trabalho de comunicação. Ou seja, ele reconhece a comunicação como uma atividade e como meio de produção que permite a organização social. E, dá-nos a possibilidade de entender o movimento dialético entre subjetividade do ser social e a objetividade desse ser na produção de sociedade. (FÍGARO, 2014, p. 60).

A autora afirma, em desacordo, com o próprio Rossi-Landi, mas sem dizê-lo; que linguagem é simultaneamente trabalho e atividade, o que é negado enfaticamente pelo autor, que renega qualquer conceito de linguagem enquanto atividade. Ou seja, Williams e Rossi-Landi são relacionados sem quaisquer mediações para acomodar as diferenças radicais entre suas perspectivas.

Dois trabalhos de autoria de Grohmann (2016, 2018) também merecem nossa atenção. No primeiro texto referenciado, o autor Grohmann (2016) se confunde em relação ao conceito de homologia que parece não ter compreendido. Vejamos este trecho: “[S]egundo Rossi-Landi (1985), a linguagem é fruto do trabalho humano e possui também valor-de-uso – satisfazendo, então, necessidades comunicacionais – e valor-de-troca, dimensões da mercadoria”. (GROHMANN, 2016, p. 86). Como disse o próprio Rossi-Landi (1985, p. 162), “[É] absurdo invocar a mercadoria para explicar a língua”. Para o filósofo italiano, são as mensagens que são homólogas à mercadoria e possuem valor de uso e valor de troca, e não a linguagem ou a língua. No segundo texto referenciado, Grohmann (2018) comete, mais uma vez, o equívoco de colocar a linguagem no mesmo plano ontológico do trabalho. Por fim, ao contrário do que o autor afirma no último período da citação abaixo, signos não produzem sentido, mas, sim, os indivíduos em inter-relação como aponta Bakhtin (2006).

A linguagem, para Rossi-Landi (1985), deve ser vista como trabalho, produto do trabalho humano linguístico, pois “as palavras e as mensagens, que são problemas, constituem a realidade social concreta da qual temos que partir” (Rossi-Landi, 1985, p. 66). A partir disso, o autor compreende uma “homologia da produção” entre artefatos materiais e enunciados e discursos, ou entre trabalho e linguagem. Desse modo, a linguagem – que constitui a materialidade da vida social – é, ela mesma, trabalho – atividade linguageira que é enunciada por sujeitos sociais. Na comunicação, portanto, trabalhamos com signos, que são enunciados, trocados,



consumidos, circulados. Produzem sentido e também são mercadorias. (GROHMANN, 2018, p. 305).

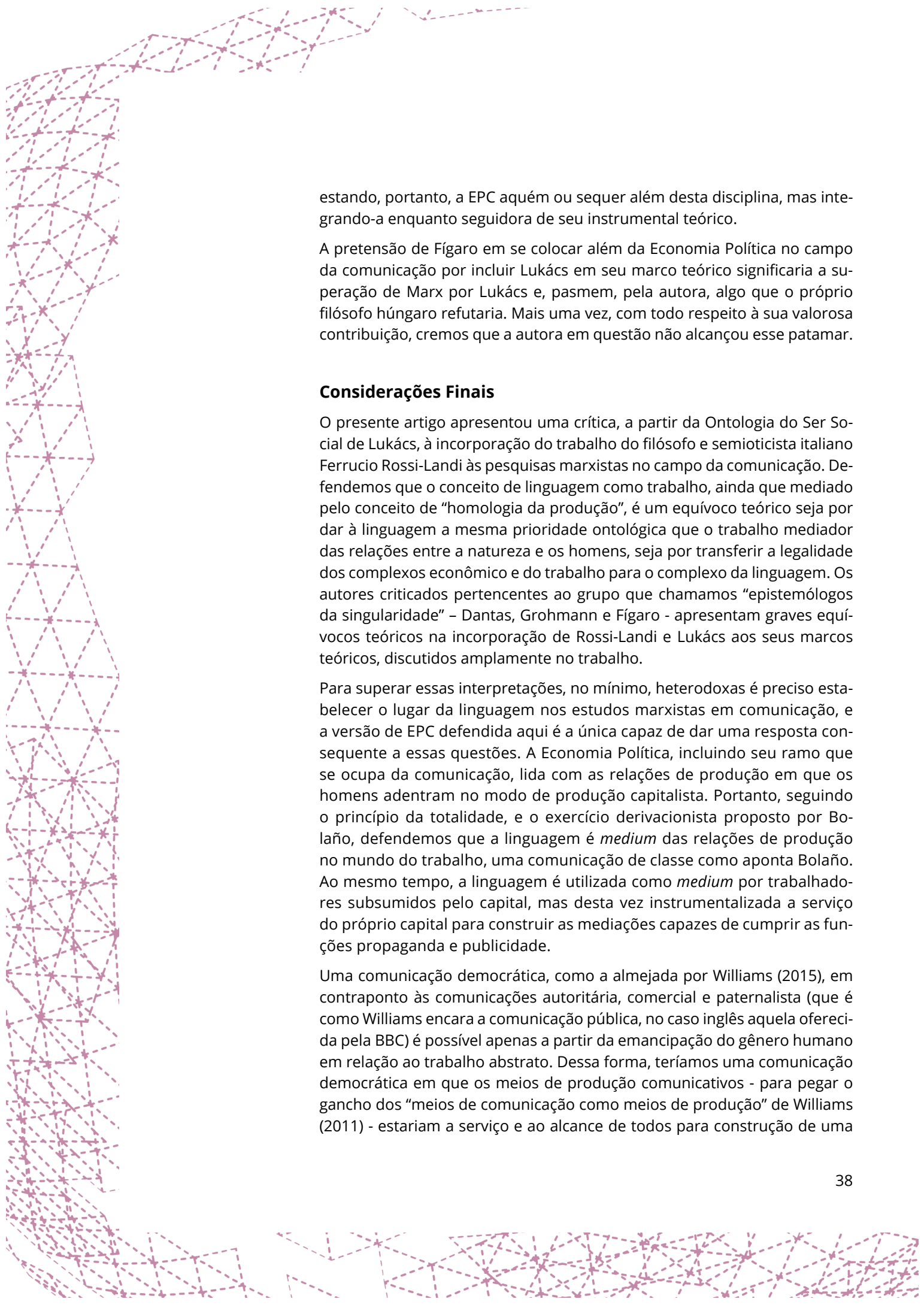
No trabalho de Fígaro (2018, 2019), as citações a Rossi-Landi desaparecem dando lugar a Lukács. Claro está, como já demonstramos, que os dois autores são frontalmente antagônicos. Os textos citados aqui não apresentam um aprofundamento na análise das relações estabelecidas entre Lukács e a Comunicação a ponto de podermos realizar uma exegese rigorosa de sobre como a autora pensa a incorporação de Lukács. Entretanto, ainda assim, percebemos algumas citações, no conjunto dos textos, que fogem da ortodoxia metodológica que o próprio Lukács defende.

Fígaro (2018, p. 179; 2019, p. 77) aponta que a incorporação de Lukács aos estudos de comunicação “[E]xige dos pesquisadores investimentos que vão para além da compreensão da relevância econômica dos meios de comunicação e que possam abranger problemáticas que – na perspectiva da totalidade histórica – permitam entrever as formas organizativas da sociedade e suas implicações políticas, éticas, culturais e associativas”.

Ora, o método marxiano, como colocamos anteriormente, pressupõe a compreensão da totalidade dos processos sociais, não sendo preciso a incorporação do Lukács para exigir tal postura de um marxista. A própria Economia Política, em sentido mais amplo, como entende Marx e o próprio Lênin citado anteriormente já apresenta essa proposta. Como também demonstramos, a EPC brasileira, à qual somos filiados, está alinhada a esta *práxis*. Todavia, para Fígaro (2019, p. 77).

[O] binômio comunicação e trabalho abre, desse modo, uma linha de pesquisa cujos pressupostos estão ancorados no materialismo histórico dialético e, assim, para além de uma economia política da comunicação, dá vazão a perspectivas de pesquisas que avançam nossa compreensão sobre a relevância das ciências da comunicação e para o conhecimento dos complexos aspectos implicados nas relações de comunicação.

Netto (2011, p. 32), grande comentador de Marx e Lukács, coloca que “[À] medida que Marx se desloca da crítica da filosofia para a crítica da economia política, suas ideias ganham crescente elaboração”. Como demonstrado aqui, a EPC, enquanto ramo da Economia Política, pode se ocupar das relações de comunicação no trabalho (que nada mais são que relações de produção) e até no ativismo. Mesmo reconhecendo a importância da autora para o marxismo no campo brasileiro da comunicação, não acreditamos que ela tenha superado a EPC, que nada mais é que Economia Política. Não



estando, portanto, a EPC aquém ou sequer além desta disciplina, mas integrando-a enquanto seguidora de seu instrumental teórico.

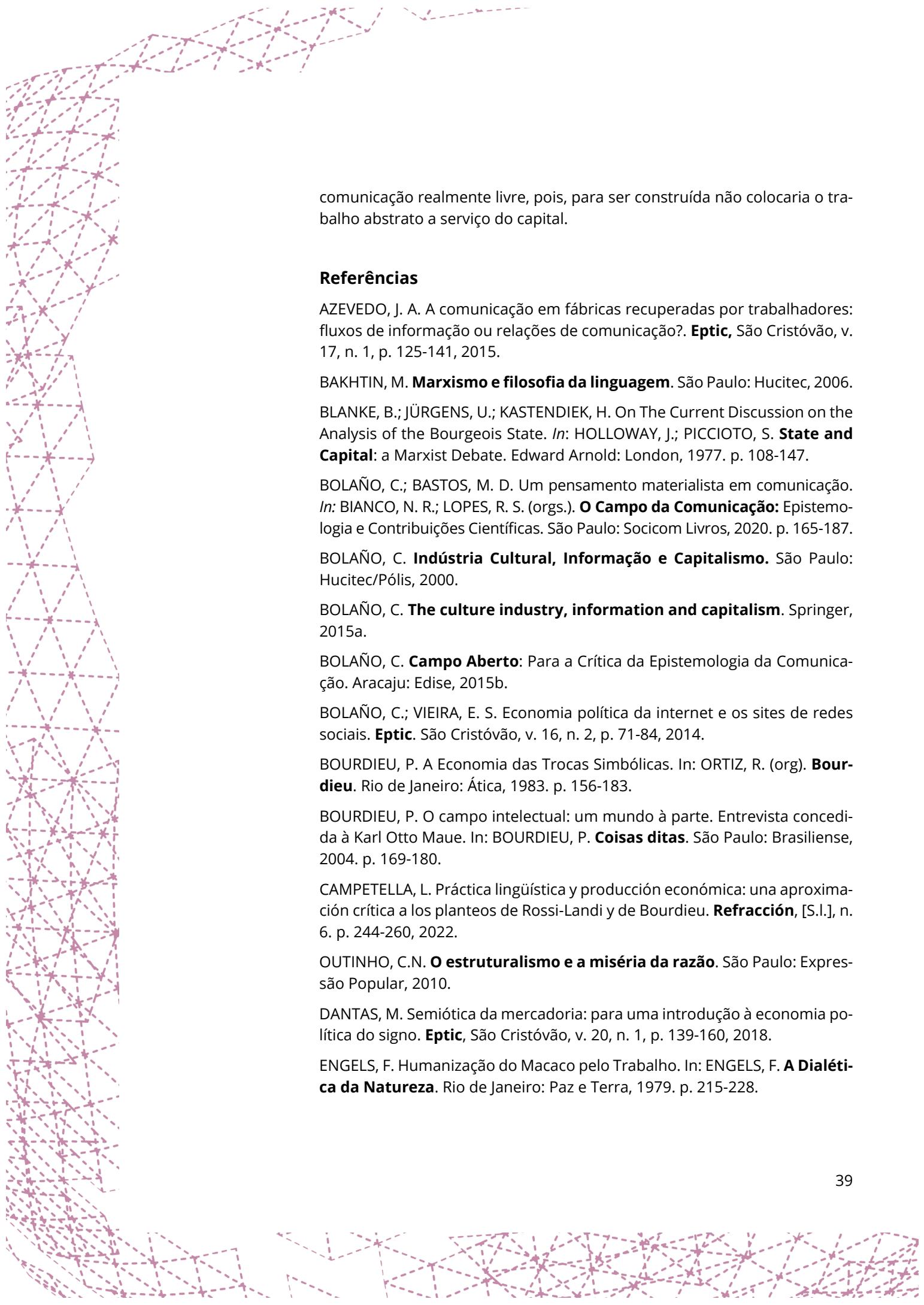
A pretensão de Fígaro em se colocar além da Economia Política no campo da comunicação por incluir Lukács em seu marco teórico significaria a superação de Marx por Lukács e, pasmem, pela autora, algo que o próprio filósofo húngaro refutaria. Mais uma vez, com todo respeito à sua valorosa contribuição, cremos que a autora em questão não alcançou esse patamar.

Considerações Finais

O presente artigo apresentou uma crítica, a partir da Ontologia do Ser Social de Lukács, à incorporação do trabalho do filósofo e semiótico italiano Ferruccio Rossi-Landi às pesquisas marxistas no campo da comunicação. Defendemos que o conceito de linguagem como trabalho, ainda que mediado pelo conceito de “homologia da produção”, é um equívoco teórico seja por dar à linguagem a mesma prioridade ontológica que o trabalho mediador das relações entre a natureza e os homens, seja por transferir a legalidade dos complexos econômico e do trabalho para o complexo da linguagem. Os autores criticados pertencentes ao grupo que chamamos “epistemólogos da singularidade” – Dantas, Grohmann e Fígaro - apresentam graves equívocos teóricos na incorporação de Rossi-Landi e Lukács aos seus marcos teóricos, discutidos amplamente no trabalho.

Para superar essas interpretações, no mínimo, heterodoxas é preciso estabelecer o lugar da linguagem nos estudos marxistas em comunicação, e a versão de EPC defendida aqui é a única capaz de dar uma resposta consequente a essas questões. A Economia Política, incluindo seu ramo que se ocupa da comunicação, lida com as relações de produção em que os homens adentram no modo de produção capitalista. Portanto, seguindo o princípio da totalidade, e o exercício derivacionista proposto por Bolaño, defendemos que a linguagem é *medium* das relações de produção no mundo do trabalho, uma comunicação de classe como aponta Bolaño. Ao mesmo tempo, a linguagem é utilizada como *medium* por trabalhadores subsumidos pelo capital, mas desta vez instrumentalizada a serviço do próprio capital para construir as mediações capazes de cumprir as funções propaganda e publicidade.

Uma comunicação democrática, como a almejada por Williams (2015), em contraponto às comunicações autoritária, comercial e paternalista (que é como Williams encara a comunicação pública, no caso inglês aquela oferecida pela BBC) é possível apenas a partir da emancipação do gênero humano em relação ao trabalho abstrato. Dessa forma, teríamos uma comunicação democrática em que os meios de produção comunicativos - para pegar o gancho dos “meios de comunicação como meios de produção” de Williams (2011) - estariam a serviço e ao alcance de todos para construção de uma



comunicação realmente livre, pois, para ser construída não colocaria o trabalho abstrato a serviço do capital.

Referências

AZEVEDO, J. A. A comunicação em fábricas recuperadas por trabalhadores: fluxos de informação ou relações de comunicação?. **Eptic**, São Cristóvão, v. 17, n. 1, p. 125-141, 2015.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

BLANKE, B.; JÜRGENS, U.; KASTENDIEK, H. On The Current Discussion on the Analysis of the Bourgeois State. *In*: HOLLOWAY, J.; PICCIOTO, S. **State and Capital: a Marxist Debate**. Edward Arnold: London, 1977. p. 108-147.

BOLAÑO, C.; BASTOS, M. D. Um pensamento materialista em comunicação. *In*: BIANCO, N. R.; LOPES, R. S. (orgs.). **O Campo da Comunicação: Epistemologia e Contribuições Científicas**. São Paulo: Socicom Livros, 2020. p. 165-187.

BOLAÑO, C. **Indústria Cultural, Informação e Capitalismo**. São Paulo: Hucitec/Pólis, 2000.

BOLAÑO, C. **The culture industry, information and capitalism**. Springer, 2015a.

BOLAÑO, C. **Campo Aberto: Para a Crítica da Epistemologia da Comunicação**. Aracaju: Edise, 2015b.

BOLAÑO, C.; VIEIRA, E. S. Economia política da internet e os sites de redes sociais. **Eptic**. São Cristóvão, v. 16, n. 2, p. 71-84, 2014.

BOURDIEU, P. A Economia das Trocas Simbólicas. *In*: ORTIZ, R. (org). **Bourdieu**. Rio de Janeiro: Ática, 1983. p. 156-183.

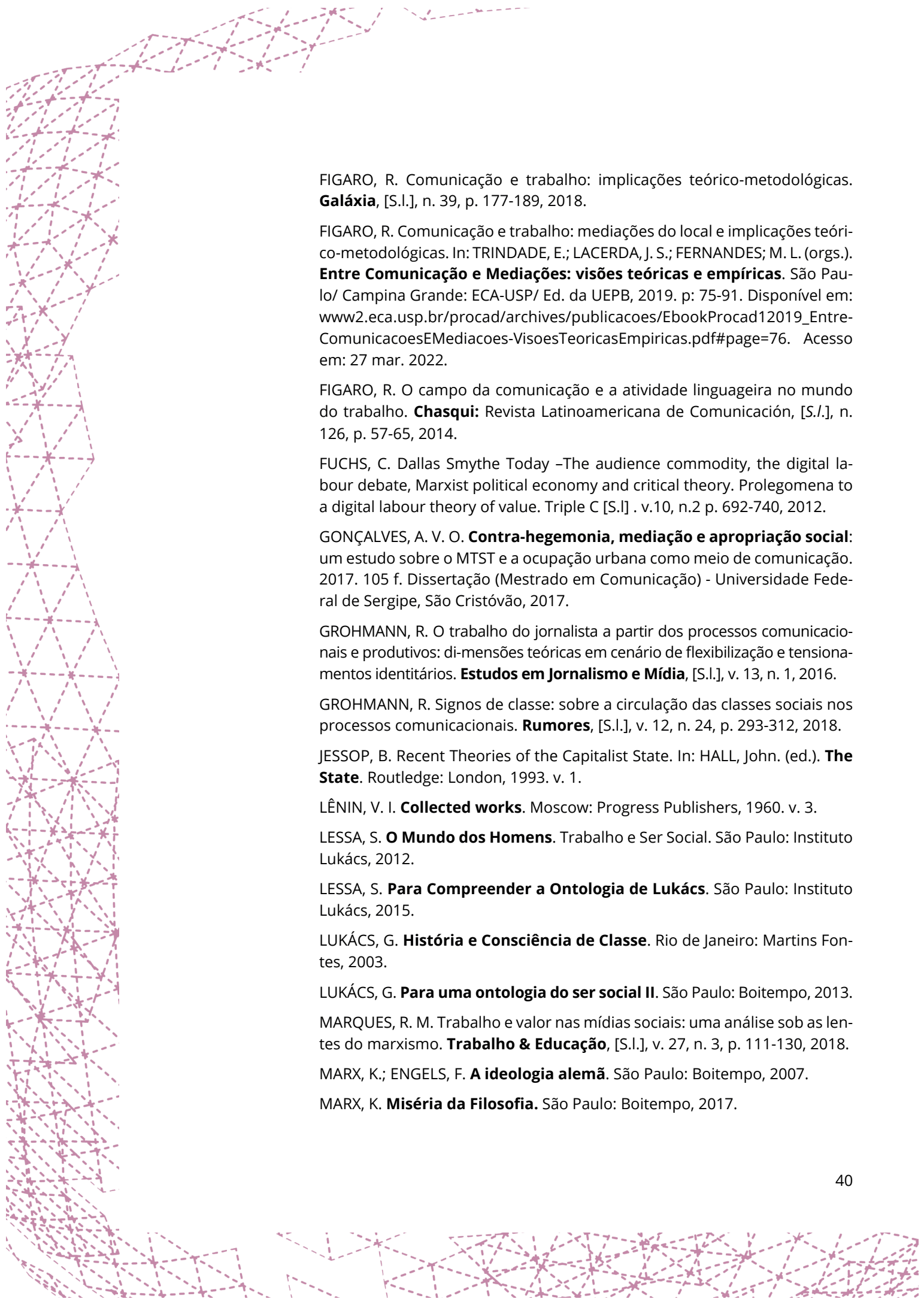
BOURDIEU, P. O campo intelectual: um mundo à parte. Entrevista concedida à Karl Otto Maue. *In*: BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 169-180.

CAMPETELLA, L. Práctica lingüística y producción económica: una aproximación crítica a los planteos de Rossi-Landi y de Bourdieu. **Refracción**, [S.l.], n. 6. p. 244-260, 2022.

OUTINHO, C.N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DANTAS, M. Semiótica da mercadoria: para uma introdução à economia política do signo. **Eptic**, São Cristóvão, v. 20, n. 1, p. 139-160, 2018.

ENGELS, F. Humanização do Macaco pelo Trabalho. *In*: ENGELS, F. **A Dialética da Natureza**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 215-228.



FIGARO, R. Comunicação e trabalho: implicações teórico-metodológicas. **Galáxia**, [S.l.], n. 39, p. 177-189, 2018.

FIGARO, R. Comunicação e trabalho: mediações do local e implicações teórico-metodológicas. In: TRINDADE, E.; LACERDA, J. S.; FERNANDES, M. L. (orgs.). **Entre Comunicação e Mediações: visões teóricas e empíricas**. São Paulo/ Campina Grande: ECA-USP/ Ed. da UEPB, 2019. p: 75-91. Disponível em: www2.eca.usp.br/procad/archives/publicacoes/EbookProcad12019_EntreComunicacoesEMediacoes-VisoesTeoricasEmpiricas.pdf#page=76. Acesso em: 27 mar. 2022.

FIGARO, R. O campo da comunicação e a atividade linguageira no mundo do trabalho. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, [S.l.], n. 126, p. 57-65, 2014.

FUCHS, C. Dallas Smythe Today –The audience commodity, the digital labour debate, Marxist political economy and critical theory. Prolegomena to a digital labour theory of value. *Triple C* [S.l.] . v.10, n.2 p. 692-740, 2012.

GONÇALVES, A. V. O. **Contra-hegemonia, mediação e apropriação social: um estudo sobre o MTST e a ocupação urbana como meio de comunicação**. 2017. 105 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

GROHMANN, R. O trabalho do jornalista a partir dos processos comunicacionais e produtivos: di-mensões teóricas em cenário de flexibilização e tensionamentos identitários. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, [S.l.], v. 13, n. 1, 2016.

GROHMANN, R. Signos de classe: sobre a circulação das classes sociais nos processos comunicacionais. **Rumores**, [S.l.], v. 12, n. 24, p. 293-312, 2018.

JESSOP, B. Recent Theories of the Capitalist State. In: HALL, John. (ed.). **The State**. Routledge: London, 1993. v. 1.

LÊNIN, V. I. **Collected works**. Moscow: Progress Publishers, 1960. v. 3.

LESSA, S. **O Mundo dos Homens**. Trabalho e Ser Social. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, S. **Para Compreender a Ontologia de Lukács**. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARQUES, R. M. Trabalho e valor nas mídias sociais: uma análise sob as lentes do marxismo. **Trabalho & Educação**, [S.l.], v. 27, n. 3, p. 111-130, 2018.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Boitempo, 2017.



NETTO, J. P. **Introdução ao Estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PIAGET, J. **O Estruturalismo**. São Paulo: Difel, 1979.

ROSSI-LANDI, F. **A Linguagem como Trabalho e como Mercado**: Uma teoria da produção e da alienação linguísticas. São Paulo: Difel, 1985.

RIDLEY, M. **Evolução**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.

SINGER, P. **Curso de Introdução à Economia Política**. Rio de Janeiro: Forense, 1975.

SMYTHE, D. W. Communications: blindspot of western Marxism. **Canadian Journal of Political and Social Theory**, [S.l.], v. 1, n. 3, p. 1-27, 1977.

WILLIAMS, R. **Cultura e Materialismo**. São Paulo: Unesp, 2011.

WILLIAMS, R. **Marxismo e Literatura**. São Paulo: Zahar Editores: 1979.